ANCEP NOTÍCIAS

O Jornal diário dos Ancepianos
10 de janeiro - 12 horas

A PARTIR DA PRÓXIMA SEGUNDA (14) SÉRIE DE EVENTOS VAI COLOCAR FOCO NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO E NO CNPJ POR PLANO

A Resolução CNPC 31, do final do ano passado, consolidou a possibilidade que os planos agora têm de poder contar com o seu próprio CNPJ, mas é claro que esse foi apenas o primeiro passo e novos normativos terão que vir, inclusive provavelmente da Receita Federal, para regulamentar convenientemente a matéria e torná-la aplicável. E isso envolve não só esclarecimentos, mas também debates para que o assunto tome o encaminhamento que desejamos, numa discussão que tem tudo para ser travada nas 10 apresentações que serão feitas agora em janeiro, em diferentes capitais, do **Seminário Procedimentos e Controles no Encerramento das Demonstrações Contábeis do Exercício 2018 das EFPCs.**

Para aproveitar essa primeira oportunidade que 2019 oferece para um debate aprofundado antes da regulamentação, o Presidente da ABRAPP, Luís Ricardo Marcondes Martins (foto) será expositor em 3 das apresentações que serão feitas do evento no **Rio de Janeiro** (**14**), **São Paulo** (**17**) e **Brasília** (**24**)

A ANCEP começa assim 2019 mobilizando os ancepianos através de uma série de eventos que reúnem lideranças e especialistas, lado a lado na missão de multiplicar toda a força extraída de uma vida associativa cada vez mais intensa e num ano que promete ser de concretização da tão sonhada retomada do crescimento da previdência complementar fechada.

Esse seminário é um dos mais tradicionais, mesmo porque nada concentra mais a atenção dos ancepianos nessa época do ano do que a busca de orientação técnica e segura sobre os procedimentos e controles no encerramento das demonstrações contábeis do exercício do ano anterior. Mas em 2019 está sendo adicionado um outro assunto que também atrai a curiosidade e sobre o qual o Presidente Luís Ricardo irá falar, a aplicação da nova regra do CNPJ por plano.

A partir dos esclarecimentos que serão fornecidos os contadores disporão de uma orientação segura quanto a questão do CNPJ por plano, a maior novidade surgida no final do ano passado e resultado de uma intensa luta da ABRAPP e ANCEP em favor de uma maior segurança jurídica para os planos, que não podiam continuar sujeitos a riscos advindos especialmente de decisões judiciais flagrantemente equivocadas.

De modo que o 2019 que se inicia tem tudo para ser um ano especial. As diferenças começam não apenas pelas expectativas positivas que cercam a economia brasileira, mas também e até principalmente pelas projeções favoráveis quanto a retomada do crescimento pelo nosso sistema, a cuja sorte os ancepianos estão ligados e para a qual tanto contribuem. O Presidente Roque Muniz, que todos os anos vem a público com uma mensagem de confiança, nesses primeiros dias de janeiro dobra o otimismo, chamando a atenção para os muitos fatores que se somam para nos garantir um ano melhor, especialmente as mudanças que vieram aprimorar a base normativa.

O que não muda é a força com que a ANCEP inicia todos os anos a sua programação de eventos.

A programação do **Seminário Procedimentos e Controles no Encerramento das Demonstrações Contábeis do Exercício 2018 das EFPCs** terá início e se encerrará dentro do mês de janeiro, com um total de 10 eventos, a saber: **Rio de Janeiro** (14), **Salvador** (15), **São Paulo** (17), **Recife** (18), **Brasília** (24); **Vitória** (22). **Belo Horizonte** (23), **Curitiba** (25), **Florianópolis** (28) e **Porto Alegre** (29).

Contabilistas têm até 31 de janeiro para entregar declaração de não ocorrência

Os Profissionais e Organizações Contábeis que prestem serviços a pessoas físicas ou jurídicas, devem comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) a não ocorrência de eventos suspeitos de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo.

A Declaração de Não Ocorrência ao COAF deve ser feita até o dia 31 de janeiro, diretamente no sistema do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Fundos de pensão: Palocci fecha acordo de delação e reforça envolvimento de Lula

O ex-ministro da Casa Civil e da Fazenda nos governos do PT, Antonio Palocci, assinou acordo de delação premiada com a força-tarefa da Operação Greenfield no Ministério Público Federal (MPF) do Distrito Federal. A informação foi confirmada ao Valor por duas fontes que acompanham as tratativas, noticia o VALOR ECONÔMICO.

Ele entregou ao órgão diversos documentos para comprovar as suas denúncias que, mais uma vez, envolvem o nome do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em setembro do ano passado, Palocci já havia citado em depoimento, mesmo antes de fechar o novo acordo, que Lula atuou diretamente na operação de fundos de pensão no projeto de construção da usina de Belo Monte, no Pará.

Segundo o ex-ministro, o petista interferia em investimentos dos fundos de pensão desde a década de 1990 e, depois que assumiu a Presidência, em 2002, teria aumentado a sua influência e recebido propina nas tratativas de Belo Monte.

Segundo fontes ouvidas pelo Valor, as oitivas de Palocci foram conduzidas pelo procurador Frederico Siqueira Ferreira. O Ministério Público tem a expectativa de que o ex-ministro possa contribuir com informações sobre as circunstâncias da fraude, que podem chegar a R$ 8 bilhões, conforme as apurações demonstraram até agora. São investigados desvios no Funcef, no Postalis e na Petros,

Governo planeja MP contra concessões de benefícios considerados indevidos

Ontem, após se reunir com o presidente e os ministros da Economia e da Casa Civil, o secretário especial da Previdência e do Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, afirmou que até a segunda-feira deverá ser assinada a MP para coibir fraudes no sistema. O objetivo é travar concessões "indevidas de benefícios", noticiam diferentes mídias.

Segundo ele, foram identificados "indícios de ilicitude" em mais de 2 milhões de benefícios que precisariam ser auditados. Para a verificação desses contratos, será feito, a partir da publicação da MP, uma espécie de mutirão, inclusive com pagamento de bônus a servidores. Nas contas do novo governo, "há incidência de 16% a 30% de fraudes nesse tipo de beneficio". Com a MP, o governo espera ter, segundo Marinho, "uma economia bastante razoável para ajudar o nosso esforço fiscal". Paulo Guedes havia falado em mais de R$ 17 bilhões de economia. Marinho, porém, foi mais cauteloso e disse que "esse número ainda está sendo finalizado".

O pente-fino do governo Michel Temer (MDB) nos benefícios por incapacidade do INSS foi encerrado com números acima do esperado, segundo dados do Ministério da Cidadania. A equipe econômica de Jair Bolsonaro (PSL) se prepara para repetir a dose usando o mesmo modelo de Temer, mas alcançando todos os tipos de benefícios, noticia a FOLHA DE S. PAULO.

Entre julho de 2016, quando a revisão teve início com a publicação de medida provisória do ex-presidente Temer, a 31 de dezembro de 2018, peritos da Previdência examinaram 1,18 milhão de beneficiários de auxílios doença e aposentadorias por invalidez.

Dos 472,3 mil auxílios reavaliados, 369,6 mil (78%) foram cancelados. No início do pente-fino, o governo estimava cortar até 20% dos auxílios de 530 mil segurados esperados para serem periciados. A previsão, portanto, era encerrar 106 mil auxílios-doença.

O processo gerou uma economia de R$ 14,5 bilhões com revisões de auxílios. É mais do que o triplo dos R$ 4,3 bilhões que a gestão de Temer calculava deixar de gastar ao longo de cerca de dois anos de revisões.